



CORPOS EM AÇÃO, REDES EM MOVIMENTO: ARTICULAÇÕES PARA O FOMENTO DO ESPORTE EM GOIÂNIA

Wilmont de Moura Martins

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Thais Aguiar Rufino

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

Michelle Ferreira de Oliveira

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

154

RESUMO

Introdução: Este trabalho apresenta a atuação da ONG Cignus como experiência exitosa de articulação entre universidade, sociedade civil e poder público nas políticas públicas de esporte e lazer desenvolvidas em Goiânia. O **objetivo** é analisar a implementação do projeto “Ginástica, Movimento e Cidadania” como modelo de gestão democrática, com base na parceria entre a Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Prefeitura de Goiânia e o repasse de recursos por meio de emenda parlamentar. A **metodologia** adotada é qualitativa, de natureza aplicada, por meio do relato de experiência, com base em análise documental, observação participante e entrevistas com gestores envolvidos. Os **resultados** evidenciam que a ONG Cignus articula competências técnicas e sensibilidade social na execução de ações voltadas à ginástica e ao handebol, com foco em crianças, adolescentes e idosos, promovendo inclusão, autonomia e diálogo entre os sujeitos. A gestão horizontal, a escuta ativa das comunidades atendidas, o planejamento participativo e a transparência na prestação de contas fortalecem sua legitimidade social e institucional. **Conclui-se** que a atuação representa um modelo promissor para a consolidação de práticas públicas pautadas na corresponsabilidade, na sustentabilidade e na cidadania, revelando o papel estratégico da universidade como agente articulador e a importância da governança em rede na efetivação de direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Terceiro setor; Emenda parlamentar; Esporte; Avaliação de programas.

INTRODUÇÃO

A literatura sobre políticas públicas de esporte e lazer aponta que a articulação entre universidade, sociedade civil e poder público constitui uma estratégia fundamental para a ampliação do direito ao esporte (Areias; Borges, 2011). Inserida nesse contexto, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), desde 2010, desenvolve o Projeto de extensão Cignus, com foco na promoção da Ginástica para Todos (GPT) e Handebol. A constatação de limitações operacionais e financeiras



no âmbito institucional (Rufino *et al.*, 2024) levou, em 2017, à criação da Organização Não Governamental (ONG) Cignus, com o objetivo de garantir maior autonomia administrativa e sustentabilidade econômica à iniciativa (Cignus, 2024).

A formalização de um convênio entre a ONG e a UEG, em dezembro de 2021, com base nas normativas legais vigentes, viabilizou a continuidade e o fortalecimento da parceria (GOIÁS, 2022). Em 2024, esse arranjo foi expandido com a destinação de recursos por meio de emenda parlamentar disponibilizada pelo vereador Wilian Veloso, articulada com a Prefeitura de Goiânia e executada pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), ampliando significativamente o impacto social do programa.

O marco jurídico que fundamenta a destinação de recursos via emenda impositiva municipal está previsto na Lei Orgânica do Município de Goiânia e regulamentado pelo Decreto n.º 3.124/2023 (Goiânia, 2023). Com base nesse arcabouço, a ONG Cignus submeteu à SMEL o projeto “Ginástica, Movimento e Cidadania”, organizado em três eixos: (1) ginástica para crianças de 6 a 12 anos; (2) ginástica funcional e retomada de habilidades motoras para pessoas idosas; e (3) iniciação ao handebol para crianças e adolescentes. O projeto foi aprovado em fevereiro de 2024, sendo regulamentado pela nota técnica n.º 11/2024-SMEL, que definiu seu plano de execução e monitoramento.

Este relato de experiência tem como objetivo analisar a atuação da ONG Cignus como um modelo de articulação interinstitucional e de gestão democrática no campo das políticas públicas de esporte e lazer, com base na implementação do projeto “Ginástica, Movimento e Cidadania”.

METODOLOGIA

Adotou-se um delineamento metodológico qualitativo, de natureza aplicada, por meio do relato de experiência. As fontes de dados incluíram: (a) documentos oficiais relacionados à emenda parlamentar n.º 001/2024; (b) relatórios técnicos e financeiros da ONG Cignus; (c) observação participante nas ações do projeto; e (d) entrevistas semiestruturadas com quatro gestores envolvidos na coordenação das atividades. A análise dos dados foi orientada pelos procedimentos da análise de conteúdo, conforme Bardin (2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO



O contexto contemporâneo tem demandado transformações profundas nos modelos tradicionais de gestão pública, particularmente no campo das políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer. O crescente reconhecimento da insuficiência das abordagens centralizadas impõe a necessidade de novos arranjos institucionais, capazes de integrar diferentes esferas da sociedade e promover uma gestão mais dialógica, responsiva e colaborativa (Alcântara *et al.*, 2015). Nesse cenário, os arranjos de governança em rede, fundamentados na interdependência entre Estado, universidade e sociedade civil organizada, emergem como alternativas estratégicas para o enfrentamento de desafios complexos e historicamente negligenciados.

É nesse contexto que se insere a experiência da ONG Cignus, cuja trajetória evidencia a potência das parcerias interinstitucionais e da articulação entre conhecimento acadêmico, saberes comunitários e políticas públicas locais. A partir da celebração do convênio com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), em 2021 (Goiás, 2022), e da posterior ampliação da cooperação por meio da destinação de emenda parlamentar do vereador Wilian Veloso, em 2024 (Goiânia, 2024), consolidou-se um modelo de gestão pública ancorado na transparência substantiva e na corresponsabilidade institucional.

A experiência da ONG Cignus responde, de forma prática, aos fundamentos conceituais defendidos por Alcântara *et al.* (2015), ao adotar uma lógica de gestão social que se distancia do modelo burocrático tradicional. Conforme os autores, a gestão social pressupõe a existência de espaços de construção coletiva, onde os atores coproduzem os sentidos das ações públicas em uma lógica horizontal, participativa e dialógica. Essa concepção está expressa na forma como as decisões são tomadas no âmbito da ONG Cignus, com destaque para os processos de escuta ativa das comunidades atendidas, o diagnóstico compartilhado das demandas e o planejamento participativo das ações.

A execução do projeto “Ginástica, Movimento e Cidadania”, aprovado pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Goiânia (SMEL) em fevereiro de 2024, é exemplo nesse sentido. A proposta, construída coletivamente, contemplou três eixos de intervenção: ginástica para crianças de 6 a 12 anos, ginástica funcional e retomada de habilidades motoras com pessoas idosas, e iniciação ao handebol para crianças e adolescentes. A estruturação do projeto reflete o compromisso com a equidade intergeracional e com a democratização do acesso ao esporte e ao lazer, conforme preconizado por Freitas *et al.* (2018).

A dimensão formativa e relacional do trabalho da ONG também dialoga com os aportes teóricos de Oliveira e Zago (2008), que destacam a relevância da compatibilidade entre



competências organizacionais e individuais como fator determinante da sustentabilidade institucional. A partir do estudo de caso do Projeto Beira da Linha, os autores demonstram que, mesmo diante de limitações estruturais, o comprometimento afetivo dos profissionais pode compensar carências técnicas, desde que haja alinhamento entre os valores individuais e os objetivos da organização. Essa constatação é particularmente pertinente no caso da ONG Cignus, cujo corpo técnico é composto por profissionais oriundos da própria universidade parceira e discentes em processo de formação em Educação Física, com histórico de engajamento em ações de extensão comunitária (UEG, 2024).

A gestão por competências adotada no projeto não se restringe à identificação de atributos técnicos, mas considera a sensibilidade social e a capacidade de mediação comunitária como competências estratégicas. Os profissionais responsáveis pelos diferentes eixos de atuação foram selecionados com base em critérios que combinam experiência prática, formação acadêmica e afinidade com os princípios da Ginástica para Todos (GPT), como inclusão, respeito à diversidade, ludicidade e autonomia.

A coerência entre os fundamentos pedagógicos da GPT e os princípios da gestão social é uma marca distintiva da atuação da ONG Cignus. A GPT, por sua natureza, valoriza a construção coletiva do conhecimento corporal, o protagonismo dos sujeitos e a celebração das diferenças. Tais aspectos se expressam nas metodologias adotadas nas aulas, que privilegiam a escuta ativa, a criação colaborativa e a valorização das experiências prévias dos participantes. Esse alinhamento entre teoria e prática contribui para a construção de uma cultura organizacional centrada no diálogo, na inclusão e na transformação social (Oliveira, 2023).

A conexão entre as análises macro e micro-organizacionais propostas por Alcântara *et al.* (2015) e Oliveira e Zago (2008) permite compreender com maior profundidade os fatores que sustentam a institucionalização de práticas democráticas no terceiro setor. De um lado, a governança em rede, viabilizada por convênios, emendas parlamentares e marcos legais favoráveis (Goiânia, 2024; Brasil, 2024), proporciona os meios legais e administrativos para a ação conjunta. De outro, a capacidade adaptativa das equipes, o engajamento dos profissionais e a clareza dos objetivos institucionais são elementos cruciais para a efetivação das propostas no território.

Cabe destacar ainda o papel da transparência na sustentação da legitimidade social da ONG Cignus. A prestação de contas dos recursos provenientes da emenda parlamentar foi realizada por meio de relatórios públicos, submetidos à SMEL e disponibilizados em assembleias comunitárias, o que reforça o compromisso da organização com a *accountability* horizontal. Esse



tipo de prestação de contas, mais do que uma exigência legal, é concebido como prática educativa e política, alinhada à ideia de transparência substantiva defendida por Alcântara *et al.* (2015).

A atuação da ONG Cignus evidencia a relevância da universidade como agente articulador entre diferentes setores sociais. A UEG, ao manter vínculos permanentes com a ONG por meio de estágios, projetos de pesquisa e extensão e acordos de cooperação, exerce um papel fundamental na sustentação técnica e científica das ações. Essa relação é marcada pela horizontalidade, pela confiança mútua e pela construção de agendas comuns, o que fortalece a inserção social da universidade e amplia o alcance da ação extensionista (Rufino *et al.*, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da ONG Cignus reafirma o potencial transformador da articulação entre universidade, sociedade civil e poder público na construção de políticas públicas comprometidas com a cidadania. Ao operar sob os princípios da transparência substantiva e da gestão por competências, a iniciativa não apenas amplia o acesso ao esporte e ao lazer, mas também contribui para a consolidação de práticas de gestão pública participativas, éticas e contextualizadas. O modelo aqui analisado, ancorado na teoria e validado empiricamente, oferece subsídios valiosos para futuras ações e pesquisas sobre a democratização do direito ao esporte no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Valderi de Castro; PEREIRA, José Roberto; SILVA, Érica Aline Ferreira. Gestão Social e Governança Pública: aproximações e (de)limitações teórico-conceituais. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 17, edição especial, p. 11–29, 2015. Universidade Federal de Santa Catarina. DOI:10.5007/2175-8077.2015v17nespp11. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2735/273543118001.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2025.

AMARAL, T. C. M.; FERREIRA, P. R. de C.; MONTEIRO, A. M. de L. Ginástica, Saúde e Lazer: uma proposta de trabalho da ginástica para todos com crianças e adolescentes em Santarém. **Anais do 13º CONGRESSO Internacional da Rede Unida**, v. 4, suplemento 1, 2018.

AREIAS, Keni Tatiana Vazzoler; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 573–588, jul./set. 2011. DOI: 10.1590/S0101-32892011000300004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Diário Oficial da União. Edição 126, Seção 1, p. 157, 03 jul. 2024.



CIGNUS. **Estatuto Social da Organização Não Governamental Cignus**. 2024.

FREITAS, R. B. P. M.; VIANEY, N. L.; OLIVEIRA, M. F. O processo de organização financeira de grupo de Ginástica para Todos: um relato a partir da experiência em Goiás. **Anais do IX Fórum Internacional de Ginástica para Todos**, Campinas, 2018.

GOIÂNIA. Decreto nº 8.397, de 14 de outubro de 2024. Declara de utilidade pública para fins de parceria com o poder público municipal a Organização Não Governamental Cignus – Arte e Movimento. *Diário Oficial do Município de Goiânia*, Goiânia, GO, ano XXXIV, n. 8.397, p. 3, 14 out. 2024. Disponível em: http://sileg.goiania.go.gov.br/geral/do_20241014_000008397.pdf. Acesso em: 7 jun. 2025.

GOIÁS. Universidade Estadual de Goiás. Extrato de Convênio nº 16/2021. *Diário Oficial do Estado de Goiás*, Goiânia, n. 23.709, ano 185, p. 16, 4 jan. 2022. Disponível em: https://cdn.ueg.edu.br/source/coordenacao_de_convenios_189/conteudo/5068/2025/Cignus_1_24.pdf. Acesso em: 8 jun. 2025.

OLIVEIRA, M. F.; TOLEDO, E. de. Construindo Pontes: O caso do CONGRESSO de Ginástica para Todos no Centro-Oeste. **Corpoconsciência**, v. 23, n. 3, p. 106–121, 2019.

OLIVEIRA, M. F. '**Mulher, não te deixes castrar**': de Freire às Coras pela Ginástica para todos. 2023. 1 recurso online (181 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/16251>. Acesso em: 23 mai. 2025.

OLIVEIRA, Alysson André Regis de; ZAGO, Celia Cristina. Compatibilidade entre competências individuais e organizacionais: um estudo de caso em uma organização não governamental – ONG. **Produto & Produção**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 41–53, fev. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ProdutoProducao/article/view/3223>. Acesso em: 8 jun. 2025.

PEREIRA, F. K.; DIAS, N. A importância das atividades lúdicas na iniciação esportiva. **Cadernos Intersaberes**, v. 9, n. 17, 2020.

RUFINO, Thais Aguiar; VENTURA, Paulo Roberto Veloso Ventura; MARTINS, Wilmont de Moura; OLIVEIRA, Michelle Ferreira de. A universidade e o terceiro setor: caminhos possíveis. *In: Anais do III CONGRESSO de Educação Física da UEG*, v.3 (2004).

SOUZA, H. P.; FREITAS, R. B. P. M.; VIANEY, N. L.; MARTINS, W. M.; OLIVEIRA, M. F. de. Os desafios da organização financeira de um grupo de ginástica da região central do Brasil. **Anais do VIII CONGRESSO de Ginástica para Todos**, Anápolis: UEG, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS (UEG). **Acordo de Cooperação nº 01/2024** – UEG: cooperação mútua entre a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Organização Não Governamental CIGNUS — para desenvolvimento de projetos de interesse comum nos âmbitos do ensino, pesquisa e extensão. Anápolis/GO: UEG, 28 jun. 2024. 11 p. Disponível em: https://cdn.ueg.edu.br/source/coordenacao_de_convenios_189/conteudo/5068/2025/Cignus_1_24.pdf. Acesso em: 8 jun. 2025.